



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

De acordo com notícias vindas a público, têm vindo a degradar-se os níveis qualitativos de cuidados de saúde prestados no Hospital de Caldas da Rainha – Centro Hospitalar do Oeste (CHO) –, com especial intensidade e gravidade nos últimos seis meses.

Situações de faltas de material, nomeadamente luvas, fraldas, seringas, batas para banhos, almofadas, água, entre outros, têm, alegadamente, sido recorrentes. Mas a prestação dos cuidados de saúde, torna-se insustentável, pela também alegada falta de capacidade física do Hospital, para dar resposta às solicitações. Existirá um nítido défice espacial quer na área das urgências, quer no internamento, obrigando os corredores de acesso a funcionarem como áreas fundamentais de permanência de doentes. Ora, esta situação impedirá os profissionais de desenvolverem a sua actividade de forma eficaz e competente.

De acordo com as informações que nos fizeram chegar:

- Doentes permanecem durante vários dias internados nos corredores;
- A aglomeração de macas em várias filas e em massa, impedem a normal circulação e aproximação de quem pretende socorrer os mais afastados, obrigando a permanentes movimentações das mesmas;
- Na zona das urgências, ambulâncias aguardam regularmente durante horas que lhes sejam devolvidas as macas, retidas por falta de solução, para remoção do doente transportado, impedindo-as de prosseguirem o seu trabalho;
- Áreas normalmente utilizadas e necessárias para atendimento (consultas), estão ocupadas com doentes em observação, com situações de 2 e 3 doentes em cada espaço;

- Esta ocupação implica a falta de locais e condições de atendimento por parte dos médicos e enfermeiros aos utentes, chegando a realizar as consultas nos próprios corredores ou, em alternativa, no interior dos locais, onde se encontram os doentes acamados;

A confirmarem-se estas informações, estaremos perante um evidente estrangulamento, provocador do caos generalizado, poderão estar a ser colocados em causa os cuidados de saúde prestados e, conseqüentemente, a saúde e a vida dos próprios doentes, bem como a saúde dos profissionais.

Esta situação já levou, recentemente, à apresentação da demissão do director do Serviço de Urgência do Hospital, invocando precisamente a falta de condições para o exercício das funções que lhe estão confiadas.

As muitas horas de espera para atendimento serão, perante este alegado cenário de calamidade, um mal menor para quem procura e necessita de cuidados de saúde no Hospital de Caldas da Rainha.

Estas condições, ou falta delas, a confirmarem-se, não serão de todo as adequadas à prestação de cuidados de saúde mínimos e satisfatórios e poderão colocar em causa a saúde e a vida dos utentes, da população em geral, bem como dos próprios profissionais, que têm a sua acção fortemente limitada e muitas vezes impedida.

Por outro lado, todos estes problemas têm motivado repetidas e inúmeras queixas de utentes e sistemáticas notícias em jornais locais e nacionais, sobre o Hospital de Caldas da Rainha.

Neste momento, viver-se-á uma situação de verdadeiro alarme social, com as populações em dúvida permanente, relativamente à prestação de cuidados de saúde naquele Hospital.

O CDS-PP tem sido, ao longo destes meses, abordado por cidadãos, muitas vezes em situações constrangedoras e pouco agradáveis, no sentido de indagar as razões desta dramática situação e questionando quais as soluções.

Face ao exposto, o CDS-PP entende ser da maior pertinência obter um esclarecimento por parte da tutela.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Saúde, por intermédio de V. Exa., nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 - Quais as medidas que o Ministério da Saúde vai levar a efeito, no sentido de resolver esta situação no imediato?

2 – Quais as medidas a tomar, no sentido de resolver a situação no futuro próximo e de forma definitiva? Alargamento das actuais instalações? Ou outra solução?

3 – Que alterações poderão ser introduzidas ao nível dos cuidados de saúde primários na zona deste Hospital, no sentido de reduzir a afluência de utentes eventualmente menos

necessitados de cuidados hospitalares?

Palácio de São Bento, terça-feira, 22 de Abril de 2014

Deputado(a)s

MANUEL ISAAC(CDS-PP)